

Ser correspondente jurídico é opção de ganho extra

Estudantes de Direito e portadores de carteira da OAB podem prestar serviços para bancas e profissionais de outras regiões.

O orçamento da advocacia não tem crescido na mesma proporção em que aumenta o volume de trabalho e, nessas circunstâncias, contar com a parceria de um colega em outra região onde o litígio está em andamento pode ser bom negócio para todos os envolvidos. É questão de economia que move esse mercado de correspondentes jurídicos. Não se sabe quantos profissionais atuam dessa forma no Brasil, mas, levando-se em conta o sétimo Índice de Operações do Departamento Jurídico, ou Legal Department Operations (LDO), publicado em outubro pelo Thomson Reuters Institute, são muitos. Já que oito em cada dez (80%) departamentos jurídicos relatam que um quarto (25%) ou mais de seu trabalho foi tratado por um escritório de advocacia externo.

Nessa mesma pesquisa, 65% dos entrevistados indicaram que o volume de trabalho jurídico realizado por sua equipe aumentou, enquanto o orçamento dos departamentos não acompanhou esse aumento. Os dados fazem parte de um estudo que consultou mais de 107 departamentos jurídicos corporativos entre agosto e setembro de 2022. E algumas das conclusões explicam por quê. Apesar da digitalização crescente, a atividade de correspondente jurídico ainda é bem procurada. A vantagem para quem contrata é receber um serviço especializado sem a despesa de deslocamento. Bom, também, para quem tem disponibilidade e faz da atividade um ganho extra.

Para falar sobre a atuação da correspondência jurídica e a perspectiva de futuro da área, conversamos com o advogado Alex Araujo Terras Gonçalves.

Você concorda com a afirmação de que a correspondência jurídica é para qualquer público, isto é, tanto para quem se formou recentemente quanto para quem já tem vasta experiência no Direito? Como vê essa democratização geracional nessa área?

ALEX ARAUJO TERRAS GONÇALVES: Particularmente, penso que o trabalho de correspondência jurídica é ato privativo da advocacia. A advocacia deve repudiar, fiscalizar e combater



Foto: Divulgação

ALEX ARAUJO TERRAS GONÇALVES
Advogado especializado em solução de conflitos estratégicos e de grande complexidade. Foi Vice-Presidente da Comissão de Sociedades de Advogados da OAB-SP. Presta serviços como correspondente jurídico para advogados, escritórios e departamentos jurídicos em todo o território nacional.

o exercício irregular da correspondência jurídica por pessoa não habilitada. A correspondência jurídica deve ser democrática, mas exige atenção e, em alguns casos, a experiência conta. Audiências complexas, sustentação oral ou até um despacho presencial com o magistrado quando realizado por um profissional mais experiente pode representar um resultado mais assertivo. Outro ponto relevante é o aviltamento dos nossos honorários profissionais. A classe dos advogados deve reagir contra honorários aviltantes, assim como os contratantes devem ser mais criteriosos nas suas contratações. Representar um colega, uma banca de advogados ou um departamento jurídico exige do advogado alguns requisitos mínimos:

- i. disponibilidade imediata e contato direto por telefone, e-mail ou WhatsApp;
- ii. apresentação pessoal (falar e trajar-se adequadamente);

- iii. advertir e/ou orientar o cliente sobre peculiaridades regionais;
- iv. solicitar subsídios antecipadamente ao cliente;
- v. estudar e entender o caso concreto;
- vi. atender fielmente a orientação do cliente;
- vii. ser ético e respeitar o cliente do advogado contratante;
- viii. prestar contas do trabalho realizado. A livre concorrência é saudável, assim como a democratização, mas não podemos perder a essência e o mínimo de liturgia.

Por que os escritórios ainda procuram por correspondentes jurídicos mesmo diante da evolução da informatização do processo judicial?

ALEX ARAUJO TERRAS GONÇALVES:

O custo mensal para manutenção de um escritório jurídico é bastante oneroso. Depois da pandemia, muitos escritórios adaptaram-se ao trabalho remoto ou retomaram suas atividades de forma híbrida. Dessa maneira, por questões de logística, otimização de despesas e até mesmo por questões regionais, preferem a contratação de um escritório jurídico correspondente para atender uma demanda pontual ou uma carteira em uma comarca distante. Mesmo diante da informatização e até da vinda de novas ferramentas – ou até da inteligência artificial –, a contratação do correspondente jurídico se faz presente e continuará necessária. A contratação continuará fazendo sentido como forma de otimização de tempo e até de redução de custos fixos, sem considerar o desempenho técnico do profissional contratado.

Qual é a sua visão sobre o futuro da correspondência jurídica?

ALEX ARAUJO TERRAS GONÇALVES:

Penso que é um mercado em constante evolução. A expertise jurídica, a prestação de um serviço personalizado e a agilidade no atendimento são diferenciais no mercado. A tecnologia pode ser uma grande aliada, mas não substitui a atividade intelectual e a prestação de serviço técnico profissional de um zeloso correspondente jurídico, seja ele advogado autônomo, seja uma banca de advogados.

Parceria entre advogados

Advogado correspondente é o profissional com registro na OAB que presta serviços jurídicos para empresas, escritórios e outros profissionais liberais. São prestadores de serviços contratados para atuar em audiências, obter documentos ou realizar outros tipos de diligências, em locais distantes da sede do contratante.

"Freela" para estudantes

Estudantes de Direito também podem exercer algumas funções como correspondente, comparecendo a atos extrajudiciais, providenciando documentos como certidões, guias e alvarás.

Não há vínculo

Pessoas contratadas para fazer atividades jurídicas de correspondente não têm vínculo empregatício com o contratante. O entendimento foi firmado pela 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3) no Processo nº 0011307-60.2019.5.03.0103.

Cuidados

Alguns contratantes prometem parcerias, dizendo que muitas diligências e serviços serão oferecidos durante o mês. Essa demanda, na prática, pode gerar um volume maior de atividades e um valor menor a ser pago.

É necessário atentar-se também aos preços praticados por serviço prestado, a fim de se evitar a precarização da correspondência jurídica.

A correspondência jurídica é vasta.

Veja alguns exemplos de atuação:

- ✓ Audiências
- ✓ Preposto
- ✓ Protocolos
- ✓ Despachos
- ✓ Cópias de processos (digitais ou em papel)
- ✓ Diligências em prefeituras, cartórios e outros locais



O relatório LDO 2022 pode ser acessado em:

